

GESTJUS LAW REVIEW

# Volume 2026

## Anuário

9 artigos publicados · pp. 1-18

---

# Índice

---

1–2

## DIREITO COMERCIAL

Comércio electrónico e protecção do consumidor: novo quadro de 2026

Dr. Filipe Bastos · 10.5555/2026/0001

---

3–4

## DIREITO TRIBUTÁRIO

Imposto Industrial e regime simplificado: dois anos de aplicação

Prof. Dra. Esperança Tavares · 10.5555/2026/0002

---

5–6

## DIREITO BANCÁRIO

Open banking em Angola: condições e cronograma de implementação

Dr. Manuel Cardoso, Prof. Dra. Esperança Tavares · 10.5555/2026/0003

---

7–8

## DIREITO DO TRABALHO

Salário mínimo regional e produtividade: contributos para o debate

Dr. João Pedro Almeida · 10.5555/2026/0004

---

9–10

## DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Defesa da concorrência em mercados digitais

Dr<sup>a</sup>. Beatriz Carvalho · 10.5555/2026/0005

---

11–12

## DIREITO SOCIETÁRIO

## Reorganizações empresariais transfronteiriças: aspectos práticos

Prof. Dr. António Mendes · 10.5555/2026/0006

---

13–14

### NOTAS DE JURISPRUDÊNCIA

#### Decisão TS 09/2026 — natureza da nulidade contratual

Dr. Manuel Cardoso · 10.5555/2026/0007

---

15–16

### REGISTOS E NOTARIADO

#### O notariado angolano e a desmaterialização de actos

Prof. Dr. Jorge Lima · 10.5555/2026/0008

---

17–18

### DIREITO TRIBUTÁRIO

#### Acordos de dupla tributação: balanço dos primeiros tratados angolanos

Dr. Filipe Bastos, Dr<sup>a</sup>. Sandra Costa · 10.5555/2026/0009

---

DIREITO COMERCIAL

# Comércio electrónico e protecção do consumidor: novo quadro de 2026

Dr. Filipe Bastos — Universidade Lusíada de Angola

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 1-2

22 de janeiro de 2026

DOI: **10.5555/2026/0001**

◆ SUBSCRIÇÃO

## RESUMO

Apresentação do regime do comércio electrónico aprovado em 2026 e dos direitos do consumidor electrónico.

Apresentação do regime do comércio electrónico aprovado em 2026 e dos direitos do consumidor electrónico.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** e-commerce, consumidor, comercial

Citar: Dr. Filipe Bastos. "Comércio electrónico e protecção do consumidor: novo quadro de 2026". GestJus Law Review, 2026, pp. 1–2. <https://doi.org/10.5555/2026/0001>

DIREITO TRIBUTÁRIO

# Imposto Industrial e regime simplificado: dois anos de aplicação

**Prof. Dra. Esperança Tavares** — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto

**GestJus Law Review** · Volume 2026 · pp. 3-4

05 de fevereiro de 2026

DOI: **10.5555/2026/0002**

◆ SUBSCRIÇÃO

## RESUMO

Avaliação dos resultados da aplicação do regime simplificado e propostas de calibragem.

Avaliação dos resultados da aplicação do regime simplificado e propostas de calibragem.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** imposto industrial, simplificado, PME

Citar: Prof. Dra. Esperança Tavares. "Imposto Industrial e regime simplificado: dois anos de aplicação". GestJus Law Review, 2026, pp. 3–4. <https://doi.org/10.5555/2026/0002>

DIREITO BANCÁRIO

# Open banking em Angola: condições e cronograma de implementação

**Dr. Manuel Cardoso** — BNA — Banco Nacional de Angola

**Prof. Dra. Esperança Tavares** — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto

**GestJus Law Review** · Volume 2026 · pp. 5-6

20 de fevereiro de 2026

DOI: **10.5555/2026/0003**

◆ SUBSCRIÇÃO

## RESUMO

Análise do projecto de open banking, dos seus desafios técnicos e dos requisitos legais.

Análise do projecto de open banking, dos seus desafios técnicos e dos requisitos legais.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** open banking, fintech, BNA

Citar: Dr. Manuel Cardoso; Prof. Dra. Esperança Tavares. "Open banking em Angola: condições e cronograma de implementação". GestJus Law Review, 2026, pp. 5–6.

<https://doi.org/10.5555/2026/0003>

DIREITO DO TRABALHO

# Salário mínimo regional e produtividade: contributos para o debate

Dr. João Pedro Almeida — Ordem dos Advogados de Angola

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 7-8

08 de março de 2026

DOI: **10.5555/2026/0004**

◆ SUBSCRIÇÃO

## RESUMO

Argumentos favoráveis e contrários à introdução de salários mínimos regionais.

Argumentos favoráveis e contrários à introdução de salários mínimos regionais.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** salário mínimo, produtividade, laboral

Citar: Dr. João Pedro Almeida. "Salário mínimo regional e produtividade: contributos para o debate". GestJus Law Review, 2026, pp. 7–8. <https://doi.org/10.5555/2026/0004>

DIREITO DA CONCORRÊNCIA

# Defesa da concorrência em mercados digitais

Dr<sup>a</sup>. Beatriz Carvalho — Tribunal Constitucional

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 9–10

25 de março de 2026

DOI: **10.5555/2026/0005**

◆ SUBSCRIÇÃO

## RESUMO

Identificação dos principais riscos competitivos em mercados digitais e instrumentos de regulação.

Identificação dos principais riscos competitivos em mercados digitais e instrumentos de regulação.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** digital, plataformas, concorrência

Citar: Dr<sup>a</sup>. Beatriz Carvalho. "Defesa da concorrência em mercados digitais". GestJus Law Review, 2026, pp. 9–10. <https://doi.org/10.5555/2026/0005>

DIREITO SOCIETÁRIO

# Reorganizações empresariais transfronteiriças: aspectos práticos

Prof. Dr. António Mendes — Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 11-12

08 de abril de 2026

DOI: **10.5555/2026/0006**

◆ SUBSCRIÇÃO

## RESUMO

Análise dos reflexos jurídicos e contabilísticos das reorganizações que envolvem subsidiárias estrangeiras.

Análise dos reflexos jurídicos e contabilísticos das reorganizações que envolvem subsidiárias estrangeiras.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** reorganização, transfronteiriço, sociedades

Citar: Prof. Dr. António Mendes. "Reorganizações empresariais transfronteiriças: aspectos práticos". GestJus Law Review, 2026, pp. 11–12. <https://doi.org/10.5555/2026/0006>

## NOTAS DE JURISPRUDÊNCIA

# Decisão TS 09/2026 — natureza da nulidade contratual

Dr. Manuel Cardoso — BNA — Banco Nacional de Angola

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 13-14

12 de abril de 2026

DOI: **10.5555/2026/0007**

● ACESSO ABERTO · OPEN ACCESS

## RESUMO

Comentário breve à decisão que distingue a nulidade da anulabilidade em contratos comerciais.

Comentário breve à decisão que distingue a nulidade da anulabilidade em contratos comerciais.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** nulidade, contratos, jurisprudência

Citar: Dr. Manuel Cardoso. "Decisão TS 09/2026 – natureza da nulidade contratual". GestJus Law Review, 2026, pp. 13–14. <https://doi.org/10.5555/2026/0007>

REGISTOS E NOTARIADO

# O notariado angolano e a desmaterialização de actos

Prof. Dr. Jorge Lima — ISCED-Luanda

GestJus Law Review · Volume 2026 · pp. 15-16

22 de abril de 2026

DOI: **10.5555/2026/0008**

◆ SUBSCRIÇÃO

## RESUMO

Reflexão sobre os limites e a viabilidade da desmaterialização integral de actos notariais.

Reflexão sobre os limites e a viabilidade da desmaterialização integral de actos notariais.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** notariado, desmaterialização

Citar: Prof. Dr. Jorge Lima. "O notariado angolano e a desmaterialização de actos". GestJus Law Review, 2026, pp. 15–16. <https://doi.org/10.5555/2026/0008>

DIREITO TRIBUTÁRIO

# Acordos de dupla tributação: balanço dos primeiros tratados angolanos

**Dr. Filipe Bastos** — Universidade Lusíada de Angola

**Dr<sup>a</sup>. Sandra Costa** — Centro de Estudos Jurídicos do Ministério da Justiça

**GestJus Law Review** · Volume 2026 · pp. 17-18

26 de abril de 2026

DOI: **10.5555/2026/0009**

◆ SUBSCRIÇÃO

## RESUMO

Estudo comparado dos primeiros tratados de dupla tributação assinados pela República de Angola.

Estudo comparado dos primeiros tratados de dupla tributação assinados pela República de Angola.

## Introdução

Este estudo aborda os principais aspectos do tema, com enfoque na realidade angolana e em comparação com outras jurisdições da CPLP.

## Análise

A análise considera o quadro normativo vigente, a jurisprudência relevante e as práticas institucionais consolidadas.

## Conclusão

Conclui-se que o regime actual carece de aperfeiçoamento legislativo e de orientações regulatórias mais claras.

---

**Palavras-chave:** DTT, tributário, tratados

Citar: Dr. Filipe Bastos; Dr<sup>a</sup>. Sandra Costa. "Acordos de dupla tributação: balanço dos primeiros tratados angolanos". GestJus Law Review, 2026, pp. 17–18.

<https://doi.org/10.5555/2026/0009>